



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACUCO
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 581/11

**“ESTIMA A RECEITA E FIXA A
DESPESA DO MUNICÍPIO DE
MACUCO PARA O EXERCÍCIO
FINANCEIRO DE 2012”.**

O Prefeito Municipal de Macuco, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Macuco aprovou e ele sanciona a seguinte,

LEI MUNICIPAL:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Macuco para o exercício financeiro de 2012, compreendendo:

I - O Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; e

II - O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração Direta e Indireta a ela vinculados, bem como os fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

CAPÍTULO II
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I
Estimativa da Receita

Art. 2º A Receita total estimada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é de R\$ 35.749.190,76 (trinta e cinco milhões, setecentos e quarenta e nove mil, cento e noventa reais e setenta e seis centavos), de acordo com o seguinte desdobramento:

I - R\$ 30.781.735,55 (trinta milhões, setecentos e oitenta e um mil, setecentos e trinta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), do Orçamento Fiscal; e

II - R\$ 1.336.300,00 (um milhão, trezentos e trinta e seis mil e trezentos reais), do Orçamento da Seguridade Social.

Parágrafo único. O montante de R\$ 3.631.155,21 (três milhões, seiscentos e trinta e um mil, cento e cinquenta e cinco reais e vinte e um centavos) corresponde a estimativa de retificação da receita para formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, tendo como resultado uma estimativa líquida de receita de R\$ 32.118.035,55 (trinta e dois milhões, cento e dezoito mil, trinta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACUCO
GABINETE DO PREFEITO

Art. 3º A estimativa da receita por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação vigente e de acordo com o desdobramento constante do Anexo I.

Seção II
da Fixação da Despesa

Art. 4º A Despesa total fixada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é de R\$ 32.118.035,55 (trinta e dois milhões, cento e dezoito mil, trinta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) e corresponde ao valor líquido da estimativa de receita, após a retificação para formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, sendo distribuída nas Categorias Econômicas e respectivos Grupos de Natureza da Despesa, constantes do Anexo II, segundo o seguinte desdobramento:

I - R\$ 27.914.104,82 (vinte e sete milhões, novecentos e quatorze mil, cento e quatro reais e oitenta e dois centavos), do Orçamento Fiscal; e

II - R\$ 4.203.930,73 (quatro milhões, duzentos e três mil, novecentos e trinta reais e setenta e três centavos), do Orçamento da Seguridade Social.

Seção III
Distribuição da Despesa por Órgão

Art. 5º A Despesa Total, fixada por Função, Poderes e Órgãos está definida nos Anexos III e IV desta Lei.

Seção IV
Autorização para Abertura de Crédito

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 5% (cinco por cento) do total da despesa fixada nesta lei, para transposição, remanejamento ou transferência de recursos, criando, se necessário, fontes de recursos, modalidades de aplicações e elementos de despesa, dotação orçamentária com a finalidade de suprir insuficiências dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, respeitadas as prescrições constitucionais e os termos da Lei Federal nº 4.320/64, mediante a utilização de recursos provenientes de:

I - anulação parcial ou total de dotações;

II - incorporação de superávit e/ou saldo financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurados em balanço; e

III - excesso de arrecadação, em bases constantes.

§1º Excluem-se da base de cálculo e do limite autorizado no “caput” deste artigo os valores correspondentes à amortização e encargos da dívida e as despesas financiadas com operações de crédito contratadas e a contratar.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 7º A utilização das dotações com origem de recursos em convênios ou operações de crédito fica limitada aos efetivos recursos assegurados.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACUCO
GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo único. As dotações com origem de recursos de convênios poderão ser utilizadas como fonte para a abertura de créditos suplementares previstos no art. 8º da presente Lei.

Art. 8º. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria, mediante prévia autorização legislativa.

Art. 9º. As transferências financeiras, destinadas à Câmara Municipal, estarão a disposição até o dia 20 de cada mês.

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e oferecer garantias a empréstimos da Caixa Econômica Federal - CEF, voltados para o saneamento e habitação em áreas de baixa renda, mediante prévia autorização legislativa.

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. Os demonstrativos previstos nos incisos IV a XII, parágrafo único, do art. 6º da Lei n.º 563/11, de 27 de junho de 2011, encontram-se estabelecidos nos Anexos V a XI.

Art. 12. Fica ainda, o Poder Executivo autorizado a proceder aos ajustes necessários na estimativa da receita e na fixação da despesa que constam desta Lei.

Art. 13. O Prefeito, no âmbito do Poder Executivo, poderá adotar parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas, para garantir as metas de resultado primário.

Parágrafo único. O Prefeito fará a publicação prévia em imprensa oficial do município dos parâmetros de que trata o caput deste artigo.

Art. 14. O Poder Executivo deverá divulgar até 31 de janeiro de 2012, o Quadro de Detalhamento de Receita – QDR e o Quadro de Detalhamento de Despesa – QDD, bem como as Metas Bimestrais de Arrecadação e o Cronograma de Desembolso.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 08 de dezembro de 2011.

ROGÉRIO BIANCHINI
Prefeito